

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento N.º de 2022

Requer a realização de Audiência Pública para debater os últimos acontecimentos envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, especificamente sobre a morte de dois agentes na BR-116, a abordagem que resultou no óbito de Genivaldo de Jesus dos Santos, a operação nas favelas do Rio de Janeiro que resultou na morte de vinte duas pessoas e a operação padrão adotada por parte da categoria demandando recomposições salariais.

Senhor presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 58, §2°, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **realização de Audiência Pública** para debater acerca dos últimos acontecimentos envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, especificamente sobre a morte de dois agentes na BR-116, no Ceará, a abordagem que resultou na morte de Genivaldo de Jesus dos Santos, em Sergipe, a operação nas favelas do Rio de Janeiro que resultou na morte de vinte duas pessoas e a operação padrão adotada por parte da categoria demandando recomposições salariais.

Solicitamos que a audiência seja realizada em **conjunto com as Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Direitos Humanos e Minorias**, de modo que possamos realizar, com a presença dos convidados, um amplo debate sobre como as condições de trabalho da categoria podem influenciar em possíveis violações a direitos e garantias fundamentais (Art. 32, Inciso IV, alínea "d", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Para compor a Mesa do evento, solicitamos que sejam convidados:

- 1) Silvinei Vasques Diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal;
- 2) Representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais-FENAPRF;

Sala das Comissões, 27 de maio de 2022.





Apresentação: 27/05/2022 18:03 - CCJC

Dep. Delegado Waldir (UNIÃO/GO) JUSTIFICATIVA

Nos últimos dias, diversos fatos fizeram com que a Polícia Rodoviária Federal estivesse no centro dos debates na mídia. O primeiro, ocorrido no dia 18 de maio de 2022, na BR-116, no Ceará, redundou na morte de dois agentes da Polícia Rodoviária Federal-PRF- que atuavam na ocorrência de um acidente de trânsito. De acordo com testemunhas, um homem seguia pela rodovia caminhando entre os carros, e, ao ser abordado pelos agentes, reagiu, roubou a arma de um deles e atirou, matando-os imediatamente.

O outro fato, acontecido esta semana, em Sergipe, redundou na morte do sr. Genivaldo de Jesus dos Santos, após abordagem realizada por agentes da PRF. Segundo imagens que circulam na internet, o homem, ao resistir à abordagem, teria sido preso dentro da viatura, vindo a óbito em seguida por sufocamento causado pelo gás lançado por policiais.

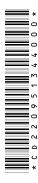
Além disso, uma operação realizada no Rio de Janeiro, da PRF em conjunto com o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro e com a Polícia Federal, resultou em 22 mortes, gerando questionamentos acerca da letalidade da incursão na comunidade afetada.

Por fim, nos últimos meses, movimentos reivindicatórios da categoria surgiram em todo o Brasil solicitando que o Governo Federal cumpra a promessa de reestruturação e conceda o aumento prometido em 2021.

Todos os casos narrados ilustram bem a situação das corporações policiais no Brasil, que, além de expostas aos mais diversos riscos inerentes à profissão, precisam lidar diariamente com o desrespeito e a falta de estrutura e de valorização, expondo a população a enormes riscos.

Diante desse cenário, requeremos a realização de Audiência Pública, em reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Direitos Humanos e Minorias, para debater acerca de quais são as medidas empregadas pela corporação para apurar os fatos supramencionados, quais ações têm sido adotadas para a melhoria da estrutura, do preparo e da valorização das carreiras





policiais, e de como essas melhorias podem influenciar na melhoria do serviço prestado à sociedade.

Convicto do apoio dos nobres pares, pugno pela aprovação do presente requerimento neste colegiado.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2022.

Dep. Delegado Waldir (UNIÃO/GO)



